

Maria da Graça A. Mateus Ventura

# PORTUGUESES NO PERU AO TEMPO DA UNIÃO IBÉRICA MOBILIDADE, CUMPLICIDADES E VIVÊNCIAS

Volume II



temas portugueses

**PARTE III**  
**VIVÊNCIAS**

## CAPÍTULO I

### O GOSTO PELA LEITURA

#### 1

#### LOS REYES DE LIMA, CIDADE EM FESTA

A mais populosa e dinâmica cidade do Peru, Los Reyes de Lima, era uma cidade em festa, espaço privilegiado da representação barroca do poder onde o bulício do quotidiano se exaltava nas festividades profanas e religiosas. Se a Calle de los Mercaderes era o centro vital do comércio, em conjugação com as *calles* de artesãos (onde em 1606 se situam a maior parte das livrarias e oficinas de arte) e com o porto do Callao, a Plaza Mayor era o centro cívico onde a festa se espectacularizava.

Os mosteiros, os colégios, especialmente o colégio jesuíta San Martín, e a Universidade de San Marcos eram os espaços sacralizados da cultura erudita e o cerne da ligação cultural à Europa<sup>1</sup>. No primeiro terço do século XVII, contando com a universidade, imprensa e público letrado, Lima apresenta uma fisionomia de

---

<sup>1</sup> Diz o autor da *Discrición*: «tiene Lima quinze monasterios de frayles y monjas y teutinos tiene quatro hospitales donde recogen y curan enfermos de todas enfermedades, tiene seis parrochias y otras muchas iglesias de sus devociones, tiene tres colegios y una casa de caridad para recoger mujeres y doncellas pobres» (BNP, ESP 280, fls. 38-39). Sobre os colégios, escreve: «tiene mas de quinientos colejiales hijos de senores de todo el reino que los ymbian a estudiar y paga cada uno por año ciento y cinquenta pesos corrientes a los jesuitas y ellos le dan de comer por esta paga tienen estos jesuitas muy grande estudio de muchas sencias» (*ibidem*, fls. 88-89).

grande centro cultural<sup>2</sup>. As ruas e as praças são o espaço público de exibição da elite colonial — galas, comédias, touradas, jogos, danças, procissões:

Siempre tienen en Lima muchas fiestas, grandes prosisiones com muchas danças y mucho estruendo de ystrumentos y com tantas ynvenciones que España no ay ciudad donde agan tantas cosas como en Lima ni donde colgen las calles con mas riquezas, toros y canas se juegan todos los mezes comedias y musicas son ordinarias, entrada de bisoreyes se funde la ciudad con fiestas y todos se empenan por echar entonces galas, dotores que fazen las universidades ay bien que ver en ellos y ohir sus bechames, paseos de caballeros y mercaderes por las calles y al campo que todas las tardes campean todos a caballo, salidas a folgar al campo y por las huertas a merendas y banquetes, tienen gloria en este mundo en tierra de tan lindo temple que nunca oyen truneo ni tienen tempestad ni moyan la planta en todo el año.<sup>3</sup>



Foto 1 — Lima, Plaza Mayor, catedral reconstruída no século xviii

---

<sup>2</sup> Carlos Alberto González Sánchez, «Emigrantes y comercio de libros en el virreinato del Perú», *Revista del Archivo General de la Nación*, 16, segunda época, Lima/Perú, Ministerio de Justicia, Diciembre de 1997, p. 141.

<sup>3</sup> BNP, *ESP 280*, fls. 71-72. Sobre as diversões na época barroca, nomeadamente as representações teatrais, as touradas e os jogos, as festas e os pas-

Na Plaza Mayor, lugar festivo por excelência, realizavam-se os passeios triunfais de vice-reis e arcebispos, as proclamações dos herdeiros ao trono, as manifestações de regozijo pelo nascimento dos infantes, procissões religiosas, exéquias, mascaradas, representações teatrais e fogos de artifício. A função festiva da praça associava-se à função de representação régia, religiosa, municipal e comercial. Por outro lado, a vivência festiva deste espaço articulava-se com o calendário das celebrações litúrgicas (Natal, Semana Santa, São João, Corpus Christi, etc.), mas também com os acontecimentos circunstanciais do tempo quotidiano. Fundamentalmente, a festa tinha uma finalidade política (exaltação da Monarquia) e religiosa (exaltação da Igreja Católica)<sup>4</sup>.

A capitalidade de Lima implicava uma centralização das instituições políticas, religiosas, administrativas e económicas, pelo que os promotores das festas eram as autoridades representativas, como o vice-rei, a audiência, o cabido municipal e o cabido catedralício, ou seja, as instituições e as personalidades vinculadas estreitamente à Península. Daí que o carácter festivo de Lima fosse similar a qualquer outra cidade peninsular, acrescentando-se o seu estatuto de capital colonial e uma relativa multiculturalidade que lhe conferiam um matiz próprio.

Irving Leonard considera que a vida cultural em Lima, em 1583, já tinha as características que a transformaram no centro principal da cultura espanhola no Novo Mundo<sup>5</sup>. Apesar de alguma concorrência por parte dos mosteiros e do recém-formado colégio dos jesuítas, a Universidade de San Marcos, autorizada por decreto de 1551, estabeleceu-se como uma sede de altos estudos e atraía alguns dos melhores intelectos de Espanha e do Peru. Por exemplo, o padre José de Acosta desempenhou papel importante no Terceiro Concílio Eclesiástico de Lima em 1583, sem abandonar a cátedra de estudos das Escrituras. Foi aí que iniciou a redacção da obra *Historia natural e moral de las Indias*.

---

seios, ver Carmen Sanz Ayán, «Fiestas, diversiones, juegos y espectáculos», *La vida cotidiana en la España de Velazquez*, dir. de José N. Alcalá-Zamora, Madrid, Ediciones Temas de Hoy, 1989.

<sup>4</sup> Sobre as festas de Lima, ver Rafael Ramos Sosa, *Arte festivo en Lima virreinal (siglos XVI-XVII)*, Sevilla, Junta de Andalucía, 1992.

<sup>5</sup> Irving Leonard, *Los libros del conquistador*, México, Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 183.

# CIVDAD LA CIVDA DE LOS REIS DE

fima audiencia real y corte. caues a mayor de lo do el Reyno de las y  
 a don de vee de su magd y subido rey y dela s<sup>ra</sup> madre y glesia arzobis  
 po. su s. ynquicidor. su s. dela s. cruzada y los reelbrandos comi sa y osperca:



Fac-símile 1 — Cidade de Los Reyes de Lima  
 Poma de Ayala, *Nueva crónica y buen gobierno*, c. 1615

A plêiade de poetas de Lima foi conhecida e apreciada em Espanha, como prova a referência de Cervantes no poema «Canto de Calíope», em que se destaca a menção ao mineiro português Henrique Garcês, poeta e tradutor<sup>6</sup>. A poesia, o teatro e os jogos constituíam verdadeiras paixões que mobilizavam toda a sociedade tanto em Espanha como em Lima. A arte dramática ganhou grande popularidade, a partir do «maestro del arte comico» Francisco de Morales, sendo as *Comedias* de Lope de Rueda muito procuradas e representadas em Lima. O Pátio das Comédias estava integrado na cerca do Convento de São Domingos, próximo do Rímac e da Plaza Mayor<sup>7</sup>.

Hampe Martínez associa o desenvolvimento cultural na esfera pública, em Lima, à dinâmica política que dotou a cidade de estruturas e instituições, como a imprensa, criada em 1580, a universidade e os inúmeros colégios que funcionaram como estabelecimentos de ensino<sup>8</sup>. A vinculação destas instituições da Igreja e do Estado foi particularmente importante para a divulgação do livro na América, sendo os clérigos não só pedagogos como académicos, escritores e coleccionistas de livros. Efectivamente, a par das bibliotecas privadas, existiam fundos bibliográficos importantes nas instituições religiosas.

O espaço peruano constituía um dos mercados livreiros mais caros. Possuir uma biblioteca, nesta época, era um privilégio de classe. Daí que o fenómeno da leitura represente a história de uma minoria social. As listas de obras importadas consultadas por Hampe Martínez mostram que os colonizadores estavam, em geral, bem informados e preocupavam-se em obter as novidades bibliográficas que saíam na Europa. Apesar da actividade tipográfica em Lima, a importação de livros de Espanha não deixou

---

<sup>6</sup> Lhomann Villena, «Enrique Garcés, descubridor del mercurio en el Perú, poeta y arbitrista», *Anuario de Estudios Americanos*, V, Sevilla, 1948. Lewis Hanke atribui-lhe a 3.<sup>a</sup> tradução castelhana de *Os Lusíadas*, editada em Madrid em 1591, do qual se encontram dois raros exemplares sobreviventes na Library of Congress e na Harvard University Library (Lewis Hanke, «The portuguese in spanish America...», p. 19, nota 52).

<sup>7</sup> BNP, *ESP 280*, fl. 87.

<sup>8</sup> Teodoro Hampe Martínez, *Bibliotecas privadas en el mundo colonial*, Frankfurt/Madrid, 1996, p. 15. Segundo o autor, o primeiro impressor que obteve o exclusivo para exercer o ofício no vice-reino, em 1584, foi o italiano Antonio Ricardo (*ibidem*, p. 36).

de aumentar porque o número e a qualidade dos leitores — clérigos, aristocratas, mercadores — era elevado <sup>9</sup>.

As primeiras notícias referentes à circulação de impressos no território peruano estão ligadas ao frade dominicano Vicente de Valverde, primeiro bispo de Cuzco, o qual no famoso encontro dos espanhóis, em Cajamarca, com o inca Atahualpa, lhe teria mostrado uma Bíblia ou um breviário, vindo a constituir uma biblioteca pessoal de cento e setenta e oito volumes, leiloadada em Lima em 1542 <sup>10</sup>.

A existência de um público ávido de leituras, nas principais cidades do vice-reino do Peru, levou alguns mercadores a dedicarem-se ao comércio de livros desde a primeira metade do século XVI <sup>11</sup>. Nos finais do século XVI multiplicou-se a actividade dos livreiros em Lima dedicados a importar grandes quantidades de impressos da Europa para satisfazer a procura de uma população espanhola e crioula em constante crescimento <sup>12</sup>.

Foi neste contexto cultural que Diogo Lopes de Lisboa e seus filhos, como vimos na parte I, especialmente António de Leão Pinelo, vieram a ocupar lugar de destaque na escala social, quer a nível do desempenho de cargos eclesiásticos e políticos, quer a nível intelectual. Leão Pinelo, formado na Universidade de Chuquisaca, singrou na metrópole, reproduzindo, na sua produção historiográfica, o sistema cultural dominante, embora os seus escritos reflectam claramente um vasto conhecimento das Índias. Numa escala mais modesta, o mineiro Henrique Garcês é outro exemplo, também português, da importância da sua produção literária no espaço indiano. Cervantes em *La Galatea* reconhece-lhe o mérito, pelo menos enquanto tradutor de Petrarca <sup>13</sup>.

---

<sup>9</sup> Leonard, *ibidem*, p. 184.

<sup>10</sup> Hampe, *ibidem*, p. 67.

<sup>11</sup> O primeiro livreiro no Peru teria sido frei Juan Antonio Museti, que chegou a Lima em 1544, no séquito do contador Agustín de Zárate (cf. Hampe, *ibidem*, pp. 67 e 191-196).

<sup>12</sup> Hampe (*ibidem*, p. 67) menciona os seguintes livreiros: Juan Jiménez del Río, Francisco Butrón, Francisco del Canto e, no século XVII, o livreiro mecenas Tomás Gutiérrez de Cisneros.

<sup>13</sup> «De un Enrique Garcês que al Piruano / Reino enriquece, pues con dulce rima, / Con sutil, ingeniosa, i facil mano, / A la mas ardua empresa en él dio cima. / Pues en dulce Español al gran Toscano / Nuevo lenguaje ha dado, i nueva estima, / Quien será tal que la mayor le quite, / Aunque el mesmo Petrarca resucite?», *La Galatea*, Madrid, 1736, *apud* Hanke, «The portuguese...», p. 20.



No que respeita a textos produzidos por autores portugueses sobre o espaço peruano, o anonimato permitiu uma visão mais crítica, à margem das instituições e da atitude vigilante do poder político ou religioso. Exemplo claro desta atitude é o texto *Discrición general del Reyno del Piru, em particular de Lima*, escrito por um cristão-novo português, após ter percorrido todo o vice-reino desde Buenos Aires a Cartagena das Índias e vivido em Lima cerca de quinze anos<sup>14</sup>. A sua visão, simultaneamente distanciada e comprometida com uma leitura utilitária, constitui uma das mais interessantes fontes para o conhecimento da geografia, da economia, da sociedade e da mentalidade no Peru dos primórdios de Seiscentos.

De um modo diferente, mas não isento de sentido crítico, Lourenço de Mendonça escreveu, pela mesma época, no Potosí, um texto em defesa dos portugueses, o qual viria a ser publicado em Madrid em 1630. Natural de Sesimbra, Mendonça entrou para a Companhia em 1602, passou pelo Rio de Janeiro e estabeleceu-se no Potosí, onde se tornou comissário do Santo Ofício e se manteve fiel a Filipe IV, recusando reconhecer D. João, duque de Bragança, como rei de Portugal. Apesar disso, o seu apreço pelos portugueses, numerosos no Potosí e em Lima, fê-lo escrever uma *Supplicación en defensa de los portugueses*, que se baseia fundamentalmente na alegação de que os seus compatriotas não são ladrões, espiões ou hereges, mas, ao contrário, fiéis à monarquia e muito menos cruéis no tratamento com os índios que os espanhóis<sup>15</sup>.

Outro português, António da Costa, residente no Potosí, entre 1579 e 1657, teria escrito, na sua língua materna, uma *Historia de Potosí*, que Orsúa y Vella, considerando-o um verdadeiro historiador, integrou na sua *Historia de la Villa Imperial de Potosí*. Embora este tenha afirmado que o autor português publicara a sua obra em Portugal, esta nunca foi encontrada, apesar dos esforços de Lewis Hanke<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> A primeira referência a este texto data de 1914, embora a sua publicação seja mais tardia (Boleslao Lewin, *Descripción del virreinato del Perú...*). Ver nota 2, parte I, cap. I.

<sup>15</sup> Lewis Hanke encontrou uma cópia deste texto no British Museum (Hanke, *ibidem*, pp. 21-22).

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, pp. 30-35.

Nos colégios e mosteiros de Lima havia vários professos portugueses, mercedários, franciscanos e dominicanos<sup>17</sup>. No Colégio da Companhia, em 1601, havia mais de uma dezena de coadjutores. Vários haviam feito votos de escolares, como o padre Pedro de Rojas, com estudos de latinidade e de casos de consciência, que ensinava gramática. Alguns deles foram presos pela Inquisição de Lima, a instituição que o autor da *Discreción general del Reyno del Piru* reconhecia ser «tan temida y aborrecida de todas las gentes»<sup>18</sup>.

O Tribunal do Santo Ofício era responsável pela festa macabra que, desde 1595, animava com frequência a praça pública de Lima. Os espectáculos barrocos na Plaza Mayor de Lima, das entradas do vice-rei às procissões e aos autos-de-fé, configuravam a fisionomia do poder religioso e político da capital vice-reinal.

Foi neste clima de dinamismo cultural que prosperou Manuel Baptista Peres, um mercador português invulgarmente letrado.

## 2

### MANUEL BAPTISTA PERES, UM MERCADOR LETRADO EM LIMA EM 1635

Manuel Baptista Peres, mercador, filho e neto de cristãos-novos, percorreu, como vimos no capítulo III da parte II (t. I deste volume), um amplo périplo que tocou pontos fundamentais do império colonial ibérico: Lisboa, Sevilha, Guiné, Cartagena das Índias e Lima. A sua fixação na capital vice-reinal do Peru, como mercador negreiro, foi facilitada pela rentabilização da rede de contactos que estabelecera no amplo espaço colonial e que amplifica no espaço peruano. Em Lima, centro político, económico e cultural da Hispano-América do Sul, construiu uma rede intrincada de relações sociais assentes na sua florescente actividade comercial. Instalou loja na Calle de los Mercaderes, comprou casas de morada junto ao Convento de São Domingos, uma quinta no Vale de Bocanegra, uma fazenda nas Lomas de Pachacama, casas

---

<sup>17</sup> Cf. documento «Portugueses estantes e residentes no Peru» (neste tomo): Manuel Nunes Magro de Almeida, Rodrigo Álvares, Andrés Amador, Padre Manuel Coelho, Jorge Fernandes, Manuel de Fonseca, Álvaro Rodrigues, Pedro de Rojas, Pedro Martim, Domingo Gonçalves, Pedro Árias Lobo, Bartolomeu Lourenço, Gaspar Pereira, Alonso Peres e Luís Nunes Ramires.

<sup>18</sup> BNP, ESP 280, fl. 28.

para negros em San Lázaro. Depositou dinheiro no banco de Juan de la Cueva, aproximou-se de eclesiásticos influentes.

Decorou a sua casa com gosto, à moda europeia, com o toque exótico de homem viajado. Os seus amplos recursos financeiros, provenientes, fundamentalmente, do trato de negros, permitiram-lhe alimentar o gosto pela cultura. A eficácia da sua rede comercial libertou-lhe tempo para a leitura e para as polémicas teológicas que mobilizavam os letrados. Comprou livros, por encomenda, em Lisboa e Sevilha e nos livreiros de Lima. No seu escritório, onde recebia os amigos, foi acrescentando estantes, com boa madeira do Panamá, à medida que lhe chegavam os livros. Em 1635 reunira cento e cinquenta títulos em cento e cinquenta e quatro volumes, fora outros que lhe foram roubando<sup>19</sup>.

A sua cultura, decerto nascida com ele no berço, revela-se não só nos títulos que escolheu como nas tertúlias em que participou com os literatos da cidade<sup>20</sup>. Homem laico, exteriormente cristão devoto, penetrou no espaço restrito da cultura erudita dominado pelos eclesiásticos. Foi a prata potosina que facilitou a sua integração social; o seu carácter e o seu nível cultural (não seria em vão que os seus delatores lhe chamavam «el capitán grande») <sup>21</sup> consolidaram a sua posição na elite colonial. Mas seria a prata a perdê-lo, em definitivo, atraindo sobre si a voracidade dos seus inimigos, que o lançaram nas mãos estranguladoras dos inquisidores.

O primeiro acto do inventário do Santo Ofício nas suas casas de morada foi a busca sistemática na sua livraria, primeiro espa-

---

<sup>19</sup> Em 1628 escreveu a seu sócio Sebastião Duarte para que lhe compre livros em Cartagena: «De todos los libros nuevos que este ano vinieron me comprara v. merced que hize un estante en que puse los que tenia de que me an urtado muchos y faltan muchos para ynchirle» (AGN, *Inq., So, Co*, c. 30, exp. 299, fl. 230v.).

<sup>20</sup> A família Rodrigues de Évora, ligada ao seu tio-avô materno e a seu primo Diogo Rodrigues de Lisboa, fora uma família ilustre no século XVI: Tomé Rodrigues da Veiga fora professor de Medicina na Universidade de Coimbra; Rodrigo da Veiga foi poeta, filósofo e médico. Os filhos e netos de Isabel Rodrigues da Veiga ocuparam posições elevadas em Colónia, Florença, Antuérpia e em Lisboa (cf. Gentil da Silva, *Stratégie des affaires...*, p. 4).

<sup>21</sup> Jorge da Silva, Amaro Dionísio Coronel e António Gomes da Costa diziam que o chamavam assim, comumente, todos os portugueses porque «hera el mayor judio, a quién reconocían todos por más observante y como maestro de la ley de Moyses» (AGI, *AHN/Inquisición*, legado 1647, exp. 13, fl. 88.).

ço suspeito<sup>22</sup>. Não foi encontrado nenhum livro proibido, apesar de seu cunhado Luís da Veiga ter regressado, dois anos antes, de Amesterdão e dos seus delatores o acusarem de ensinar a lei de Moisés pelos seus livros<sup>23</sup>. Aliás, não foi apresentada nenhuma prova objectiva contra a boa fé cristã que Baptista Peres alegava, o que não o livrou da fogueira. Sobrepôs-se a má fé dos denunciantes e a cobiça dos inquisidores pela sua valiosa fortuna. Quais as preferências literárias de Baptista Peres? Seria o livro um mecanismo de reafirmação da sua identidade cultural, ponte necessária com o universo familiar e cultural distante? Que bagagem cultural trazia este homem para Lima? Procuraria, na sua livraria e no espaço de discussão da comunidade eclesiástica, o apaziguamento das suas inquietações filosóficas e teológicas? Tentaremos sistematizar a informação disponível para nos aproximarmos da resposta a estas questões.

Começemos por uma aproximação comparativa das bibliotecas dos portugueses nas Índias e a sua relação com os recursos financeiros e os interesses sócio-profissionais. Segundo González Sánchez, a capacidade económica é um dos factores centrais da posse de livros no Antigo Regime<sup>24</sup>. Muitos livros obtinham-se, a bom preço, nas almoedas, já que os bens dos defuntos nas Índias eram convertidos em dinheiro. Os registos da venda em almoeda permitem identificar os títulos, conhecer o seu preço e o perfil dos compradores quando estes são identificáveis. Uma vez que se conheça o preço dos livros e o valor global da fortuna, é possível calcular o peso do investimento em livros no conjunto global de investimentos. No estudo feito por González Sánchez sobre quatrocentos e quarenta e quatro inventários de bens de defuntos com livros, os livros constituem um sector muito marginal de investimento equivalente a 0,1 %. Neste estudo, o autor

---

<sup>22</sup> Bouza Álvares, em vez de biblioteca, prefere o termo «livraria», por ser mais comum na documentação da época. Dado que na documentação consultada nunca encontramos qualquer menção a biblioteca, seguimos a sua proposta (cf. Bouza, «Coleccionistas y lectores. La enciclopedia de las paradojas», *La vida cotidiana...*).

<sup>23</sup> Entre outros, Bartolomeu de Leão disse ao Santo Ofício que Peres «hera el más ladino en ella y que tenia libros en cassa por donde la enseñaba» (AGI, *AHN/Inquisición*, legado 1647, exp. 3, fl. 78r.).

<sup>24</sup> Carlos Alberto González Sánchez, *Los mundos del libro: medios de difusión de la cultura occidental en las Indias de los siglos XVI y XVII*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1999, p. 166.

## ÍNDICE GERAL

### PARTE III VIVÊNCIAS

CAPÍTULO I — O GOSTO PELA LEITURA .....	9
1. Los Reyes de Lima, cidade em festa .....	9
2. Manuel Baptista Peres, um mercador letrado em Lima em 1635 .....	16
2.1. Indícios de cultura:	
a) A educação e a escrita .....	25
b) O livro como factor de sociabilidade .....	29
2.2. A livraria: inventário temático .....	43
<i>Apêndice VIII — Proposta de catálogo da livraria de Manuel Baptista Peres .....</i>	<i>56</i>
CAPÍTULO II — A INTIMIDADE DA CASA .....	75
1. O espaço privado de sociabilidade de um mercador português em Lima	75
2. Marcas distintivas do gosto .....	94
2.1. Mobiliário .....	96
2.2. Objectos icónicos .....	
<i>Apêndice IX — Inventário da iconografia de Garcia Mendes de Donas, 1623 .....</i>	<i>116</i>
<i>Apêndice X — Inventário da iconografia de Manuel Baptista Peres, 1635 .....</i>	<i>116</i>
<i>Apêndice XI — Inventário da iconografia de Tomé Quaresma, 1635 .....</i>	<i>118</i>
CAPÍTULO III — QUIEN VA AL PERÚ DECIERTO NO VUELVE .....	123
1. Os laços com a família ausente .....	123
2. Morte antecipada, regresso forçado .....	133

CONCLUSÃO .....	143
Bibliografia .....	149
DOCUMENTO «PORTUGUESES ESTANTES E RESIDENTES DO PERU (1580-1640)» .....	171
Siglas .....	173
Índice de extratextos .....	647

Volume I

Tomo I

Agradecimentos .....	9
<i>INTRODUÇÃO</i> .....	13
Siglas e abreviaturas .....	19

PARTE I

**MOBILIDADE: DIÁSPORA E VERSATILIDADE SOCIAL**

CAPÍTULO I — O ESPAÇO PERUANO .....	23
1. <i>Peru</i> , termo difuso, lugar concreto .....	23
2. Produção e circuitos regionais de comercialização .....	32
3. Comércio extra-regional .....	43
CAPÍTULO II — DIÁSPORA .....	63
1. Legislação castelhana acerca de estrangeiros nas Índias .....	63
2. Pressão legislativa e fluidez de fronteiras .....	76
3. Estratificação geográfica dos portugueses no Peru .....	84
3.1. Estantes e residentes segundo róis oficiais .....	89
3.1.1. Lima e Potosí, 1595 .....	90
3.1.2. Quito, 1595 .....	91
3.1.3. Tucumán, 1607 .....	94
3.1.4. Potosí, 1610 .....	97
3.1.5. Cartagena das Índias, 1630 .....	100
4. Picos de emigração .....	106
5. Geografia da errância .....	111
6. Périplos .....	122

CAPÍTULO III — VERSATILIDADE SOCIAL .....	131
1. Diversidade de negócios .....	131
2. Profissões e fortuna .....	150
3. Integração na sociedade colonial .....	173

PARTE II

CUMPLICIDADES

CAPÍTULO I — FORMAS DE AGRUPAMENTO .....	203
1. Partir para as <i>bandas del Piru</i> , aventura individual ou fenómeno grupal? .....	203
2. Conterraneidade .....	205
3. Parentesco .....	211
CAPÍTULO II — OS GRAMAXO — UM CASO PARADIGMÁTICO DE REDE DE NEGÓCIOS EM CARTAGENA DAS ÍNDIAS .....	227
1. A família Gramaxo: genealogia e discurso de vida .....	227
2. Da condição de estrangeiro ao estatuto de natural .....	240
<i>Apêndice I — Genealogia dos Gramaxo</i> .....	241
2.1. O processo de Jorge Fernandes Gramaxo (1593-1620) .....	242
2.2. O processo de António Nunes Gramaxo (1624-1631) .....	253
3. Tratos e contratos (1593-1636) .....	270
3.1. A rede comercial à escala extra-regional .....	272
3.2. O comércio de produtos da terra .....	303
3.3. Comércio de produtos europeus na rota Sevilha-Cartagena das Índias .....	314
4. O património dos Gramaxo em Cartagena das Índias (1611-1627) .....	322
<i>Apêndice II — Pessoas que se relacionaram com os Gramaxo (1591-1636)</i> .....	330
<i>Apêndice III — Cronobiografia de Jorge Fernandes Gramaxo, António Nunes Gramaxo e Luís Fernandes Soares</i> .....	343
CAPÍTULO III — MANUEL BAPTISTA PERES, <i>EL CAPITÁN GRANDE</i> ....	347
1. Manuel Baptista Peres e a família Rodrigues de Lisboa: itinerário biográfico .....	347
1.1. Genealogia .....	348
1.2. Discurso de sua vida .....	360
2. A rede comercial através das cartas de negócios .....	364
2.1. A escrita epistolar: o valor da notícia .....	364



<i>Apêndice IV — Genealogia II — Os Rodrigues de Lisboa .....</i>	366
<i>Apêndice V — Genealogia II-A — Manuel Baptista Peres .....</i>	367
2.2. Território e agentes .....	385
3. A fortuna .....	416
3.1. O trato de negros — o cerne da fortuna .....	416
3.2. Prata que se escoa pelos dedos .....	437
<i>Apêndice VI — Pessoas que se relacionaram com Manuel Baptista Peres e Sebastião Duarte (1617-1635) .....</i>	447
<i>Apêndice VII — Cronobiografia de Manuel Baptista Peres e de Sebastião Duarte .....</i>	457

## Volume II

Critérios de transcrição .....	9
--------------------------------	---

### 1

#### Cartas oficiais

1.1 — Carta do licenciado Fernando de Sarria a Sua Majestade sobre descaminho de negros. Cartagena das Índias, 1621. AGI, <i>Santa Fé</i> , 56B, n. 50 .....	13
1.2 — Carta de Antonio Rodríguez de San Isidro Manrique a Sua Majestade acerca dos estrangeiros, em especial dos portugueses. Cartagena das Índias, 1630. AGI, <i>Santa Fé</i> , 56B, n. 66 .....	14
1.3 — Segunda carta de Antonio Rodríguez de San Isidro Manrique a Sua Majestade acerca dos estrangeiros, em especial dos portugueses. Cartagena das Índias, 1630. AGI, <i>Santa Fé</i> , 56B, n. 66 ....	16
1.4 — Terceira carta de Antonio Rodríguez de San Isidro Manrique, visitador geral de Santa Fé, a Sua Majestade acerca da composição de estrangeiros. Cartagena das Índias, 1630. AGI, <i>Santa Fé</i> , 56B, n. 70 .....	17
1.5 — Cópia da carta de Sua Majestade ao visitador da Audiência de Charcas para que proceda contra os portugueses que tiverem entrado nas Índias pelo porto de Buenos Aires. La Plata, 1631. AGI, <i>Charcas</i> , l. 415, lib. 3 .....	18
1.6 — Carta de Geronimo Garavito a Sua Majestade. Vila Imperial de Potosí, 1641 (?). AGI, <i>Charcas</i> , 117 .....	19

## 2

### Relações de estrangeiros

- 2.1 — Relação dos estrangeiros residentes em Charcas feita pelo licenciado Alonso Maldonado de Torres a Sua Majestade. Potosí, 1610. AGI, *Charcas*, 18, r. 7, n. 113, doc. 5 ..... 25
- 2.2 — Relação e abecedário dos estrangeiros que se acharam na cidade de Cartagena, e com quem se fez causa e o que se fez com cada um em serviço de Sua Majestade, de que foi juiz o doutor Don Antonio Rodríguez de San Isidro Manrique. Cartagena das Índias, 1630. AGI, *Santa Fé*, 56B, n. 73A ..... 31

## 3

### Processos de naturalização

- 3.1 — Parecer e informação do governador e capitão geral de Cartagena, D. Diego Fernández de Velasco, sobre os serviços de Jorge Fernandes Gramaxo. Cartagena das Índias, 1609. AGI, *Escribania*, 589B ..... 81
- 3.2 — Petição de Jorge Fernandes Gramaxo a Sua Majestade para que lhe seja concedida carta de naturalidade. Madrid, 1613. AGI, *Santa Fé*, 100 ..... 82
- 3.3 — Resposta de Sua Majestade a Jorge Fernandes Gramaxo sobre o seu pedido de naturalização. Madrid, 1613. AGI, *Santa Fé*, 100 ..... 83
- 3.4 — Petição de Jorge Fernandes Gramaxo para pagar a carta de naturalidade em duas prestações. Madrid, 1613. AGI, *Santa Fé*, 100 ..... 83
- 3.5 — Carta de pagamento de 1500 ducados por Jorge Fernandes Gramaxo ao receptor do Conselho de Índias. Madrid, 1614. AGI, *Santa Fé*, 100 ..... 84
- 3.6 — Auto lavrado pelo licenciado Alonso Espino de Cáceres do Conselho de Sua Majestade sobre a naturalidade de Jorge Fernandes Gramaxo. Cartagena das Índias, 1620. AGI, *Escribania*, 589B, peça 11 ..... 85

## 4

### Processos judiciais

- 4.1 — Petição de Baltazar Gomes para desembargo dos seus bens. Cartagena das Índias, 1619. AGI, *Escribania*, 589B, peça 42 ..... 89
- 4.2 — Certificado do contador real de Cartagena relativo aos negros registados no quadro do *asiento* de António Fernandes de Elvas. Cartagena das Índias, 1619. AGI, *Escribania*, 589B, peça 42 ..... 90
- 4.3 — Carta de Alonso Espino de Cáceres, ouvidor do Panamá, juiz de comissão em Cartagena, relativa a estância de Gramaxo. Santa Fé, 1619. AGI, *Santa Fé*, 56B, n. 29 ..... 91

4.4 — Confissão de Jorge Gramaxo, o moço, preso no cárcere público de Cartagena, perante Alonso Espino de Cáceres, ouvidor da Real Audiência de Panamá. Cartagena das Índias, 1620. AGI, <i>Escribania</i> , 589B, peça 32 .....	92
4.5 — Requerimento de Jorge Fernandes, o moço, para ser solto do cárcere. Cartagena das Índias, 1620. AGI, <i>Escribania</i> , 589B, peça 32 .....	93
4.6 — Sentença proferida pelo ouvidor Alonso Espino de Cáceres contra Jorge Fernandes Gramaxo, o moço. Cartagena das Índias, 1620. AGI, <i>Escribania</i> , 589B, peça 32 .....	94
4.7 — Auto para que António Nunes Gramaxo tenha sua casa por cárcere. Cartagena das Índias, 1627. AGI, <i>Santa Fé</i> , 109, n. 27 .....	95

## 5

### Processos de restituição de bens de defuntos

5.1 — Pleito dos bens de Bartolomeu Franco defunto nas Índias, por ser português, por Gil de Lasierpe, fiscal da Real Audiência da Contratação em Sevilha. Sevilha, 1620. AGI, <i>Contratación</i> , 340A, n. 2, r. 13 .....	99
5.2 — Petição de Gabriel Prado de Moscoso, em nome do Real Fisco, ao presidente e juízes da Contratação para condenar os bens de Bartolomeu Franco. Sevilha, 1624. AGI, <i>Contratación</i> , 358B, n. 1, r. 5 .....	100
5.3 — Petição de Antonio Roíz Navarrete, em nome de Isabel Vaz e dos restantes herdeiros, para restituição da herança apesar da querela que corre na Contratação. Sevilha, 1624. AGI, <i>Contratación</i> , 358B, n. 1, r. 5 .....	101
5.4 — Sentença do pleito entre o fiscal da Contratação e os bens de Bartolomeu Franco. Sevilha, 1624. AGI, <i>Contratación</i> , 358B, n. 1, r. 5 .....	102
5.5 — Petição de Antonio Roíz Navarrete, em nome de Isabel Vaz e dos restantes herdeiros, para aceitação de fiador da herança. Sevilha, 1624. AGI, <i>Contratación</i> , 358B, n. 1, r. 5 .....	103
5.6 — Carta de pago da herança de Bartolomeu Franco aos herdeiros legítimos. Sevilha, 1624. AGI, <i>Contratación</i> , 358B, n. 1, r. 5 .....	103

## 6

### Processos da Inquisição

6.1 — Relação dos ausentes em Vila Nova de Portimão mandada fazer pelo Tribunal do Santo Ofício de Évora. Portimão, 1613. ANTT, <i>Inquisição, Conselho Geral</i> , papéis avulsos, m. 7, doc. 2618	107
6.2 — Declaração do capitão Garcia Mendes de Donas perante o Santo Ofício. Lima, 10 de Novembro de 1623. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 22, expediente 217 .....	111

6.3 — Interrogatório a Sebastião Duarte. Lima, 1635. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 35, expediente 366 .....	115
6.4 — Exame e primeira audiência de Manuel Baptista Peres pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lima. Lima, 1635. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1647, expediente 13 .....	117
6.5 — Interrogatório a Luís Fernandes Soares, primeira audiência. Cartagena, 1636. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1620, expediente 11, n. 1 .....	121
6.6 — Excerto da acusação de Luís Fernandes Soares pelo Tribunal do Santo Ofício de Cartagena das Índias. Cartagena, 1637. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1620, expediente 11, n. 1 .....	124
6.7 — Petição de António Nunes Gramaxo ao Santo Ofício de Cartagena para pagamento das dívidas de Luís Fernandes Soares. Cartagena das Índias, 1637. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2 .....	125
6.8 — Petição de António Nunes Gramaxo a Sua Majestade para restituição do procedido das cargas enviadas de Sevilha para Luís Fernandes Soares, preso pelo Santo Ofício em Cartagena das Índias. Sevilha, 1637. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2 .....	128
6.9 — Sentença proferida pelo Tribunal do Santo Ofício de Lima contra Manuel Baptista Peres. Lima, 1639. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1647, expediente 13 .....	130

## 7

### Cartas de negócios

7.1 — Carta de Jorge da Silva a João Rodrigues Mesa. Panamá, 1627. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 34, expediente 350 .....	133
7.2 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	135
7.3 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	136
7.4 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	137
7.5 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	138
7.6 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	139

7.7 — Carta de António Nunes Gramaxo a Sebastião Duarte. Cartagena das Índias, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	142
7.8 — Carta de Paulo Rodrigues a Sebastião Duarte. Cartagena, 1629. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	143
7.9 — Carta de Paulo Rodrigues a seu irmão Sebastião Duarte. Cartagena, 1630. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	146
7.10 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1630. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	149
7.11 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1630. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	152
7.12 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima [1631]. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	156
7.13 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1631. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	159
7.14 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1631. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	162
7.15 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1632. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	163
7.16 — Carta de António Nunes Gramaxo a Sebastião Duarte. Sevilha, 1633. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	166
7.17 — Carta de Jorge Lopes de Paz a Jorge da Silva. Arequipa, 1633. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 34, expediente 350 .....	167
7.18 — Carta de António Nunes Gramaxo a Sebastião Duarte. Sevilha, 1633. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	168
7.19 — Carta de Luís Fernandes Soares a Sebastião Duarte. Sevilha, 1633. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	169
7.20 — Carta de Brás de Paz Pinto a Sebastião Duarte. Cartagena das Índias, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	170
7.21 — Carta de João Rodrigues Mesa a Jorge da Silva com memória do que devem várias pessoas. Cartagena das Índias, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 34, expediente 350 .....	172

7.22 — Carta de Francisco Nunes Caldeireta a Manuel Baptista Peres. Lisboa, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	175
7.23 — Carta de Diogo Roiz de Estremoz a Jorge da Silva. Lisboa, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 34, expediente 350 .....	176
7.24 — Carta de Garcia Gomes Correia a Manuel Baptista Peres. Madrid, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	177
7.25 — Carta de Lourenço Leitão a Manuel Baptista Peres. Lisboa, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	178
7.26 — Carta de Sebastião Duarte a Brás de Paz Pinto. Lima, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	179
7.27 — Carta de Brás de Paz Pinto a Manuel Baptista Peres. Cartagena, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	181
7.28 — Carta de Luís Fernandes Soares a Sebastião Duarte. Panamá, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	182
7.29 — Cópia da carta de Luís Fernandes Soares a seu tio António Nunes Gramaxo. Cartagena das Índias, 1636. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2 .....	183

## 8

### Livros de contas e fés de registo

8.1 — Excerto da memória das contas do capitão Manuel Baptista Peres. Lima, 1623-1635. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 23, doc. 243 .....	189
8.2 — Cópia da carta de poder de Luís Fernandes Soares a seu tio António Nunes Gramaxo. Cartagena das Índias, 1635. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2 .....	194
8.3 — Cópia da escritura de dívida de António Nunes Gramaxo, em nome de Luís Fernandes Soares, a Francisco del Pino, no valor de 126 647 <i>reales de plata doble</i> . Sevilha, 1636. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2 .....	195
8.4 — Cópia de fé de registo da carga que António Nunes Gramaxo enviou a Luís Fernandes Soares, de Sevilha para Cartagena das Índias. Sevilha, 1636. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2 .....	198
8.5 — Cópia de registos e «conocimientos» da carga que António Nunes Gramaxo enviou a Luís Fernandes Soares, de Sevilha para Cartagena das Índias. Sevilha, 1636. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2 .....	202

9

**Inventários de bens**

9.1 — Embargo de bens e prisão de Jorge Gramaxo decretados por Alonso Espino de Cáceres, ouvidor da Real Audiência do Panamá. Cartagena das Índias, 1620. AGI, <i>Escribania</i> , 589B, peça 32	211
9.2 — Inventário dos bens de Garcia Mendes de Donas na sua casa de morada. Lima, 1623. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 22, expediente 217 .....	212
9.3 — Inventário dos bens de António Nunes Gramaxo embargados, em sua casa, pelo governador e capitão geral de Cartagena, D. Diego de Escobar. Cartagena das Índias, 1627. AGI, <i>Santa Fé</i> , 109, n. 27 .....	216
9.4 — Inventário dos bens de Manuel Baptista Peres na sua casa de morada. Los Reyes de Lima, 1635. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 40, expediente 383 .....	219
9.5 — Inventário da chácara de Manuel Baptista Peres. Vale de Boca-negra, Lima, 1635. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 40, expediente 383 .....	249
9.6 — Inventário dos bens de Tomé Quaresma na sua casa de morada. Lima, 1635. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 44, expediente 394 .....	254

10

**Testamentos**

10.1 — Testamento e codicilo de Bartolomeu Franco. Villa Imperial de Potosí, 1612. AGI, <i>Contratación</i> , 340A, n. 2, r. 13 .....	269
10.2 — Testamento e codicilos de Diogo de Beça. Chachapoyas, 1622. AGI, <i>Contratación</i> , 524, n. 2, r. 11 .....	278
10.3 — Testamento de Melchior Alfonso. Assunção, 1623. AHN ( <i>Assunção</i> ), <i>Sección Propiedades y Testamentos</i> , vol. 484, n.º 8 .....	286

11

**Cartas de afecto**

11.1 — Carta de Margarida Dias a Sebastião Duarte, seu sobrinho. Sevilha, 1627. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	291
11.2 — Carta de Paulo Rodrigues a seu irmão Sebastião Duarte. Cartagena das Índias, 1629. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	291
11.3 — Carta de Paulo Rodrigues a seu irmão Sebastião Duarte. Cartagena das Índias, 1630. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	295
11.4 — Carta de Diogo da Silva a seu filho Jorge da Silva. Estremoz, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 34, expediente 350 .....	297



11.5 — Carta de Dona Branca de Torres a Manuel Baptista Peres. Lisboa, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	299
11.6 — Carta de Dona Guiomar de Brito a Manuel Baptista Peres. Sevilha, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	299
11.7 — Carta de frei Rodrigues Álvares a Manuel Baptista Peres. Sevilha, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	300
11.8 — Carta de frei Rodrigues Álvares a Sebastião Duarte. Sevilha, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299 .....	303